

33 comunicaram que o bonde fechado que possui a acessibilidade estava sem ar
34 condicionado e o outro bonde teve problemas com o rebocador. Questionou a
35 responsabilidade da CET e da SETUR, quando um bonde é retirado, por que outro
36 não é colocado no lugar e qual a razão de todos os veículos não estarem
37 acessíveis. E, ainda, na retirada de um bonde acessível, qual o motivo de não ser
38 recolocado outro com acessibilidade, para que o passageiro possa ser
39 transportado dignamente. O Sr. Rolf agradeceu o comentário do Sr. Daniel e o Sr.
40 Murilo respondeu que estará averiguando o acontecido e trará uma resposta sobre
41 este assunto na próxima reunião, se possível, ainda, com a presença do gerente
42 responsável pelos bondes, e que a manutenção é efetuada por uma gerência da
43 CET, mas a escala é feita pela Secretaria de Turismo. O Sr. Daniel agradeceu e
44 registrou a satisfação em sempre ter recebido respostas quanto aos
45 questionamentos feitos, ainda que recebesse posteriormente, mas que nunca
46 ficou sem respostas da CET. O Sr. Rolf se prontificou a pedir esclarecimentos ao
47 Secretário de Turismo, com brevidade, encaminhando ofício até o dia trinta de
48 dezembro deste ano, determinando o prazo final para resposta, na reunião a ser
49 realizada em fevereiro. O Sr. Rolf seguiu com o item 3 – de Semáforos Sonoros –
50 vistorias e manutenções, com pedido de pauta do Sr. Daniel e passou a palavra ao
51 conselheiro, para apresentar o posicionamento. O Sr. Daniel explicou sobre uma lei
52 existente, autorizando o Poder Executivo a instalar semáforos sonoros na cidade e
53 quando foi conversar com o Presidente da CET, Sr. Rogério Vilani, foi apresentada
54 uma planilha que continha todos os cruzamentos de semáforos sonoros com
55 botoeiras da cidade, comentando que eram poucos, sugerindo uma proposta de
56 trabalho para o aumento de cruzamentos com estes equipamentos. Comentou que
57 fez vistorias com o Sr. Rua que trabalha na gerência de sinalização da CET-Santos,
58 onde puderam averiguar se o som emitido pelo semáforo estava de acordo com o
59 recomendado, se a botoeira estava em funcionamento, avaliaram atos de
60 vandalismo e elaboraram um relatório detalhado durante o ano de 2017, sobre
61 todos os problemas apontados em cada equipamento, dos trinta e oito
62 cruzamentos, porém verificou a questão da manutenção em alguns semáforos,
63 citando o da Praça da Independência com a Rua Galeão Carvalhal, onde o
64 semáforo sonoro não emite mais som. E na praia com a Av. Ana Costa, sentido

65 José Menino/Ponta da Praia, também parou de funcionar. O Sr. Rolf questionou se
66 as vistorias foram completas. O Sr. Murilo respondeu que as vistorias não foram
67 finalizadas. O Sr. Daniel complementou que faltaram alguns cruzamentos e o que
68 foi feito, estava contido numa planilha que foi devolvida ao Sr. Rogério Vilani,
69 juntamente com o processo físico. O Sr. Murilo perguntou ao Sr. Daniel se no início
70 de janeiro, gostaria de retomar o processo e fazer a vistoria nos cruzamentos
71 faltantes e elaborar uma agenda das vistorias. O Sr. Daniel respondeu que gostaria
72 de refazer desde o início, porque quando começaram as vistorias em 2017, os
73 semáforos que funcionavam naquela época, não estão funcionando hoje e
74 comentou que teve reunião com o representante do Conselho da Pessoa com
75 Deficiência de São Paulo e com a Secretaria e lá conseguiram fazer um grupo de
76 trabalho muito interessante com muitas pessoas participantes e envolvidas, para
77 propor novas rotas estratégicas e acessíveis com os semáforos sonoros. Salientou
78 que em Santos, alguns cruzamentos carecem destes equipamentos. O Sr. Rolf
79 propôs a criação de um grupo técnico para estudo em relação a esta proposta de
80 rota acessível em Santos, a partir de Janeiro próximo e explicou que como esta
81 idéia já foi implantada em Guarulhos e em São Paulo, existe um "*know-how*" já
82 acessível, podendo-se fazer uma discussão em cima deste assunto e,
83 eventualmente, trazer como sugestão para a Prefeitura Municipal e para o
84 Presidente da CET, para que se avalie esta proposta, no futuro, pois o papel da
85 CMT é demandar o que já é bom, ou o que já foi feito de uma forma correta,
86 tentando através deste grupo de estudos, pesquisar a possibilidade de adaptá-lo
87 para a cidade de Santos e verificar a questão da viabilidade da política pública e a
88 questão orçamentária, para se implementar a rota nos moldes da de São Paulo.
89 Quanto aos semáforos sonoros, se o CONDEFI tem a vontade de reiniciar as
90 vistorias, o Sr. Rolf se propõe pela CMT de acompanhar, dentro do possível estar
91 presente, as visitas que forem realizadas, mas que o CONDEFI oficie a CET-Santos
92 para averiguar a possibilidade de datas. O Sr. Daniel explicou que como este
93 assunto já vem ocorrendo, não vê a necessidade do envio de ofício, com uma
94 proposta em andamento, mas se existe a necessidade de documentar, que seja
95 feito pela CMT, já que o CONDEFI também tem cadeira na Comissão. O Sr. Rolf
96 sugeriu que assim que esta ata estivesse redigida, que fosse repassada a CET,

97 para a verificação de datas. O Sr. Murilo explicou que quando o assunto se trata
98 de Grupo de Trabalho, deve ser repassado à Prefeitura, porque envolve outras
99 Secretarias e a CET será convocada a fazer parte deste Grupo. Disse que o Sr.
100 Daniel prefere que se refaça desde o início e estará vendo a disponibilidade de
101 datas para a realização das vistorias, em contrapartida, conversou com a equipe
102 de sinalização, para fazer um levantamento de custos, porque a Companhia
103 depende de orçamentos e, de forma geral, a maioria dos semáforos necessita de
104 manutenção, principalmente, por conta dos atos de vandalismo com a retirada dos
105 cabos dos equipamentos, mas já estão com um plano para 2019, de manutenção
106 semafórica. Citou, ainda, que a norma técnica mudou e as botoeiras que estão
107 nos equipamentos, não são as atuais vendidas, obrigadas a serem instaladas.
108 Hoje, as botoeiras atendem uma legislação mais moderna, tendo que se fazer uma
109 adequação de tudo e se compromete a participar desta força tarefa, para efetuar
110 as vistorias necessárias e tentar iniciar a modernização desta parte dos semáforos
111 sonoros. O Sr. Rolf sugeriu, então, que se as vistorias já existiam e o trabalho já
112 foi iniciado, sendo recommençado a partir do próximo ano, será mais produtivo, ao
113 final destas vistorias e ao início destas adequações, voltar ao assunto da criação
114 do grupo de trabalho. O Sr. Murilo complementou que nas poucas vistorias que
115 acompanhou, pôde verificar que não se tratava apenas do semáforo, mas não
116 havia rebaixamento de guia, nem o piso tátil de alerta, postes mal posicionados,
117 orelhões, latas de lixo e uma série de empecilhos no meio do caminho, calçada
118 com buracos, faixa de pedestres num local e rebaixamento de guia em outro.
119 Ressaltou que por causa de uma série de modificações ao longo do tempo, não
120 houve o devido planejamento, existindo, então, a necessidade de outras
121 Secretarias envolvidas para as alterações necessárias, quanto a adequação da
122 acessibilidade. O Sr. Murilo disse, ainda, que este grupo de trabalho seria muito
123 interessante com outras secretarias envolvidas, como a Secretaria Municipal de
124 Infra-estrutura e Edificações, Secretaria Municipal de Serviços Públicos, entre
125 outras que o Prefeito designaria. O Sr. Rolf propôs duas idéias e mencionou a
126 importância destas vistorias, onde seriam apontados num primeiro momento, os
127 locais e as principais necessidades, onde o Grupo de Trabalho seria criado
128 posteriormente a finalização das vistorias, ou criar este Grupo já para o mês de

129 janeiro de dois mil e dezenove, que se desenvolveria juntamente com a realização
130 destas vistorias. O Sr. Murilo ressaltou que todos os envolvidos teriam que
131 readequar os seus orçamentos, porque não adiantaria colocar as botoeiras se a
132 Secretaria de Serviços Públicos não adaptar o piso. O Sr. Rolf salientou que com
133 este trabalho, seria criada a rota acessível, em Santos. O Sr. Bonifácio comentou
134 sobre a importância do tempo mostrado em alguns semáforos para pedestres,
135 porque facilita para os idosos terem esta noção de tempo, já que caminham com
136 mais dificuldades, principalmente nas avenidas, onde o fluxo de veículos é intenso.
137 O Sr. Rolf achou ótima a manifestação do Sr. Bonifácio. Com a anuência do
138 Plenário, ficou decidido que farão as vistorias primeiramente e, no futuro, será
139 realizada a criação do Grupo de Trabalho. O Sr. Bonifácio sugeriu divulgar estas
140 vistorias e o telefone de contato, caso a população queira ajudar, informando
141 irregularidades nos semáforos, pois poderia complementar este trabalho. O Sr. Rolf
142 pediu licença a todos, por outro compromisso assumido, precisando ausentar-se e
143 chamou o vice-presidente para assumir a mesa e prosseguir com o último tópico
144 da reunião. A Sra. Renata comentou que está sendo elaborado o Plano de
145 Mobilidade, que vai incorporar a Lei Complementar 980/2017 chamada Calçada
146 para Todos. Esta lei prevê que mais esquinas, especialmente aquelas que possuem
147 semáforos, no momento em que a calçada for feita, ou refeita, que tenha
148 acessibilidade e seja livre de todo tipo de obstáculo, justamente para evitar
149 transtornos. Neste Plano haverá, também, um sistema peatonal com a CODESP,
150 onde está sendo realizado um trabalho de passagens na cidade, prevendo a
151 abertura de vários caminhos que hoje, se conectam com outras ruas que não tem
152 este acesso, citou o exemplo de uma quadra com mais de 300 metros, onde seria
153 criada uma passagem ligando uma rua a outra e, esta passagem, totalmente
154 acessível, sem desnível. Salientou, também, que haverá uma audiência pública
155 que ainda não foi marcada. O Sr. Daniel pediu que a Sra. Renata documentasse
156 esta informação também no CONDEFI, para que a equipe pudesse participar em
157 massa. O Sr. Murilo sugeriu como item para a próxima reunião, a apresentação do
158 Plano de Mobilidade da Sra. Renata. A Sra. Renata explicou que a audiência será
159 bastante divulgada e que avisará o CONDEFI. Quanto ao Item 4 - de Informes,
160 moções e assuntos gerais, o Sr. Murilo perguntou se os presentes gostariam de se

161 manifestar sobre o tópico. O Sr. Bonifácio trouxe o material relativo aos ônibus,
162 que segue anexo a esta ata, compondo a Resolução nº 1 do CONMETRO e alguns
163 itens relacionados às catracas, por conta da distância existente nestas roletas que,
164 no seu entendimento, são insuficientes. O Sr. Bonifácio esteve pesquisando e
165 trouxe esta normativa, desde 1993 que dita a distância mínima e chegou a medir
166 em um ônibus de Santos, que esta catraca atende o determinado, porém,
167 analisando a situação, disse haver uma possibilidade de se aumentar este espaço.
168 E complementou que, em dados obtidos na internet, cerca de doze por cento da
169 população brasileira está acima do peso ideal, ou com excesso de peso. Citou que
170 tem um amigo que pesa cerca de cento e vinte quilos, que entra pela porta de
171 trás. Ressaltou, ainda, a altura dos degraus que é elevada e as pessoas idosas tem
172 dificuldades em transpor a escada do ônibus. Explicou sobre o sistema adotado
173 em Curitiba, onde os ônibus possuem rampas, que são acionadas no embarque e
174 desembarque. O Sr. Bonifácio comentou que o ideal seria acoplar uma rampa
175 abaixo dos degraus, onde seria acionada ao aproximar-se dos pontos de parada.
176 Deixou estas três sugestões para avaliação da Comissão e conversar com a
177 Permissionária responsável, para avaliar a possibilidade de atendimento. O Sr.
178 Murilo explicou que embora a CET-Santos tenha poder para autorizar ou não, a
179 inclusão de um veículo na frota da Permissionária, há limitações quanto aos
180 produtos de mercado. Esclareceu que todos os fabricantes seguem e atendem as
181 normas estabelecidas e não há como fazer um ônibus sob medida. Todos os
182 ônibus que circulam no Município são colocados dentro do que a CET autoriza, em
183 relação ao que é oferecido de melhor no mercado. O Sr. Murilo explicou que estará
184 encaminhando todo o material entregue pelo Sr. Bonifácio, através da Comissão
185 Municipal de Transportes, para a empresa responsável e aguardará a manifestação
186 a ser dada. E complementou que em relação a um equipamento adaptado, se for
187 algo fácil de se resolver, com certeza, a empresa fará a alteração, mas se for algo
188 mais difícil e acarretar custos, obviamente, entrará no valor da tarifa que,
189 conseqüentemente, será maior, isso vale para qualquer alteração, tanto para a
190 altura do degrau, distância da catraca, ou qualquer outro benefício, ou mudança
191 no tipo de ônibus. Qualquer que seja a alteração, sempre ocorrerá impacto na
192 tarifa. A Sra. Renata questionou se a empresa pode efetuar a mudança, ou negar

193 informando que na licitação não estava prevista tal alteração. O Sr. Murilo
194 respondeu que existem situações em que podem ser mudadas de comum acordo,
195 estando satisfatório para ambas as partes, então executa-se. E existem situações
196 onde houver a exigência de atendimento, terá que ser pago por isso, pois
197 impactará no custo da empresa. O Sr. Murilo ressaltou que o que mais tem
198 impactado no custo da tarifa é a falta de passageiros, sendo o principal problema
199 para o custo da tarifa. Citou a tabela GEIPOT, onde todos os custos são inclusos
200 nesta relação, como o índice de reajuste de mão-de-obra, o índice de aumento do
201 combustível, uso de pneus entre outros itens, ou seja, a somatória de todo o
202 custo operacional é dividida pelo número de passageiros e, assim, definida a
203 tarifa. Se o número de passageiros aumenta, o valor da tarifa diminui e vice-versa
204 e ressaltou que nos últimos três anos, houve uma perda de mais de vinte por
205 cento no número de passageiros do sistema convencional e informou que o
206 número é grande e que a situação é geral no Brasil, sendo que em alguns lugares,
207 o número chega a trinta por cento. A Sra. Renata disse que ficou de trazer uma
208 resposta para a Comissão, acerca do número de vagas de táxis em hospitais,
209 assunto tratado em reunião passada. Explicou que a Lei que regula o assunto é a
210 Lei Complementar Municipal 528 de 18 de abril de 2005, que estabelece a
211 obrigatoriedade de vagas para estacionamento em Edificações em geral e a
212 adoção de medidas mitigadoras à atividades ou empreendimentos Pólos Atrativos
213 de Trânsito e Transporte. Informou que no caso de hospitais e maternidades é
214 obrigatório oferecer duas vagas de táxi, acima de 100 leitos, dentro da área do
215 hospital. O Sr. Murilo comentou que houve polêmica por conta deste assunto, pois
216 a Santa Casa eliminou o ponto de táxi na área interna e é local particular. A Sra.
217 Renata explicou que todas as vagas são reguladas por esta Lei. O Sr. Murilo
218 informou que estará criando dois pontos de táxi próximos à Santa Casa, sendo um
219 próximo ao campo da Portuguesa e revitalizar o ponto na Rua Francisco Manoel,
220 próximo ao Necrotério, para que os taxistas possam trabalhar, já que eles foram
221 deslocados de dentro da Santa Casa. O Sr. Murilo pediu para disponibilizar a Lei
222 junto a ata. A Sra. Renata esclareceu que a Lei está no site da Prefeitura. Sem
223 outras manifestações e nada mais havendo a tratar, o Vice Presidente deu por
224 encerrada a reunião às 18h19. Eu, Heloísa Helena Hernandez Quintana, lavrei a

225 presente Ata, que foi assinada por mim, bem como pelos presentes.

226

227 Participantes:

228

229

230 Rolf Kanowski Júnior (OAB);

231

232

233 Murilo A Barletta (CET);

234

235

236 Daniel de Moraes Monteiro (SEDS);

237

238

239 Nilton Oliveira (ATMAS);

240

241

242 Renata Sioufi Fagundes dos Santos (SEDURB);

243

244

245 Tarcísio de Andrade (CES).

246

247